

# 'Ajudar uma mulher agredida é dever de todos', diz ex-representante da ONU

## Mulheres no Brasil

*Nadine Gasman afirma que país avançou na luta por equidade de gêneros, mas não o suficiente*

[\(O Globo, 21/04/2019 - acesse no site de origem\)](#)

Especialista em Saúde Pública pela Universidade Harvard e doutora em Gerenciamento e Políticas da Saúde pela Universidade Johns Hopkins, Nadine Gasman assumiu, em fevereiro, o comando do Instituto de Mulheres do México, o equivalente ao Ministério da Mulher no [governo de Andrés Manuel López Obrador](#).

Ela diz que sua experiência como representante da ONU Mulheres no Brasil — que ainda tem “grandes desafios para a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres” — a ajudará no novo cargo. Nadine, que trabalhou no País entre julho de 2013 e fevereiro de 2019, elogia o aumento do número de parlamentares femininas no Congresso, mas lembra que o país ainda está longe da paridade entre os gêneros na política e no mercado de trabalho.

### **O GLOBO: Como foi assumir a pasta das mulheres no México?**

NADINE GASMAN: Poder voltar para o meu país, para um cargo dessa envergadura, é um privilégio. No México, temos um governo trabalhando em mudanças significativas, com a equidade e a justiça social no centro de suas políticas. Isso dialoga com quem eu sou e, na minha trajetória, acredito que as vivências que tive no Brasil serão muito úteis.

### **A atual ministra da Mulher, Damares Alves, tem dado declarações polêmicas sobre diversidade. Isso afeta os avanços dos últimos anos?**

O Brasil tem dado essa oportunidade de pensar na situação das mulheres. Não podemos deixar ninguém para trás. Precisamos falar das mulheres negras, das indígenas, das brancas, das que vivem no campo. O Brasil tem que manter o foco nos compromissos internacionais que integram sua agenda, que é uma agenda de desenvolvimento sustentável, tanto econômico e social quanto ambiental.

### **E o que tem funcionado?**

Algo que tem dado muito certo é o Plano Nacional de Política das Mulheres, em que há uma construção conectiva, feita desde as mulheres nos municípios, identificando quais são os principais desafios nesse caminho. É um trabalho que tem dado palco para diferentes temas. O plano tem o caminho para combater a violência, para o empoderamento econômico, para o desenvolvimento urbano. Lá, vemos que há continuidade, [apesar das mudanças de governo, com diferentes ideologias](#). O objetivo de qualquer governo é melhorar as condições de vida da população. E, para isso, é preciso ter um olhar para as mulheres. Sem este foco, você não entende o que é específico das mulheres, [das negras](#), das indígenas. A mortalidade materna é três vezes maior entre as negras do que entre as brancas, e ainda maior entre as mulheres indígenas. É um olhar técnico de políticas públicas e para o qual o plano é muito importante.

## **Ter mais mulheres no Congresso pode ajudar na elaboração de políticas melhores nessa área?**

O aumento da presença feminina no Parlamento é significativo, subiu 52% em comparação à legislatura anterior, embora seja ainda muito pequeno no total, de apenas 15%, se comparado com a média da América Latina e de países como o México, que têm a paridade. Mas há um interesse do grupo das parlamentares de atuar de forma conjunta. É muito cedo para falar sobre o impacto disso nas políticas públicas, mas a sensação é de mais atividade.

## **Ampliar a representatividade por si só é um avanço?**

Sim. Pela primeira vez, temos uma parlamentar indígena, o número de parlamentares negras aumentou, o de jovens também. Há uma energia muito interessante, um interesse de muitas das parlamentares em trabalhar no tema dos direitos das mulheres. Vamos ver o que vai acontecer nos próximos quatro anos.

## **É difícil sensibilizar as pessoas sobre a violência contra a mulher?**

[Existe uma ideia de que em briga de marido e mulher não se mete a colher.](#) Temos feito muitas campanhas para mostrar que não é assim, mas os casos recentes mostram que temos de fazer mais. Ninguém tem de ficar olhando, o mínimo que se pode fazer é ligar para a polícia, para o 180 (Central de Atendimento à Mulher). É preciso buscar formas de trazer ajuda rápida para essa mulher que sofre violência. Intervir e fazer algo para ajudar uma mulher que está sendo agredida é responsabilidade de todos e de todas.

## **As mulheres seguem sub-representadas no mercado de trabalho. Como mudar isso?**

No Brasil, apenas 13% dos CEOs são mulheres e só 0,5% são mulheres negras. É preciso revisar as políticas internas das empresas, combater os vieses inconscientes, dar condições para que as mulheres possam subir e trabalhar para que as empresas entendam que elas também podem estimular a corresponsabilidade entre homens e mulheres no cuidado dos filhos, da casa. A diferença entre as licenças maternidade e paternidade reforça a superjornada da mulher. [As companhias também podem impactar sua cadeia de fornecedores e clientes](#) não comprando ou não contratando empresas que não tenham políticas internas de igualdade de gênero.

## **Faltam condições para que a mulher tenha apoio para se dedicar ao trabalho?**

Muitas mulheres não podem avançar na carreira porque a sociedade quer que elas cuidem da casa, do marido, do filho, dos idosos. E faltam políticas públicas para esses cuidados, investimentos em creche. Para a ONU Mulheres, um ponto importante no empoderamento econômico é o que as prefeituras podem fazer para apoiar esse cuidado. É algo que atinge essencialmente as mulheres porque, socialmente, a expectativa é que elas façam esse trabalho que deveria ser compartilhado com os homens.

*Glauce Cavalcanti*

---

# Mulheres na vanguarda dos direitos humanos, por Nadine Gasman

As mulheres brasileiras mudaram, e o Brasil mudou. Essas poderiam ser as sínteses dos cinco anos e meio em que acompanhei as diferentes movimentações em torno dos direitos humanos das mulheres no Brasil como representante da ONU Mulheres no país. Ao longo desse período, mulheres feministas e ativistas dos diferentes movimentos de mulheres – negras, indígenas, rurais, jovens, lésbicas, bissexuais, transexuais e transgêneros tomaram as ruas e as redes. Estão sempre ativas diante das circunstâncias e das ameaças aos direitos adquiridos.

**(Folha de S.Paulo, 19/03/2019 - acesse no site de origem)**

Não houve tema, questão, movimentação política ou privada em que as mulheres, na sua diversidade, não tenham colocado suas vozes coletivas e incidido sobre os fatos e acontecimentos. É importante que se reconheça: as mulheres brasileiras são sujeitas cada vez mais públicas, intensas e atentas à sua emancipação. Elas querem mudar o Brasil pela inclusão de seus direitos e participar ativamente das decisões da vida pública.

Quando cheguei ao Brasil, no ano de 2013, vi um país que se destacava na região com as políticas para as mulheres e as políticas sociais focalizadas e distributivas, que mostravam ao mundo a viabilidade da relação direta entre desenvolvimento econômico e desenvolvimento social. As conferências e os planos nacionais de políticas para as mulheres evidenciaram a institucionalização de compromissos reivindicados desde a 1ª Conferência Mundial da Mulher, realizada em 1975, até a Plataforma e Plano de Ação de Pequim, de 1995, mediante as 12 áreas de preocupação para a garantia dos direitos humanos das mulheres.

Uma das primeiras impressões que tive ao chegar ao Brasil era a surpresa de pouco se falar de que o país Brasil respondia por 40% das mortes violentas de mulheres. Nesse período de cinco anos, observamos como o tema foi sendo assumido pelo poder público e obteve notoriedade social. A cooperação técnica com o governo brasileiro propiciou fortalecer a disseminação de boas práticas e intercâmbios entre o Brasil e países do Sul, desenvolver ações para eliminar desigualdades em empresas públicas e privadas por meio do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça e incidir em favor das políticas em fóruns intergovernamentais, a exemplo da Comissão da ONU sobre a Situação das Mulheres, Conferência Regional da Mulher e Reunião de Ministras e Altas Autoridades do Mercosul e da Comunidade de Países de Língua Portuguesa.

A ONU Mulheres teve a possibilidade de colaboração estreita nas políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres – dos aprimoramentos na Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180 ao apoio técnico ao Programa Mulher Viver Sem Violência, as Casas da Mulher Brasileira, entre outros. Desenvolvemos campanhas públicas, inclusive no carnaval, a maior festa brasileira, para dizer em alto e bom som que as mulheres têm o direito de aproveitar todos os espaços, eventos e ambientes sem violência machista.

A ONU Mulheres aportou tecnicamente ao processo de elaboração das Diretrizes Nacionais sobre Femicídio para investigar, processar e julgar as mortes violentas de mulheres com perspectiva de gênero em apoio à lei de tipificação do feminicídio como qualificadora do

assassinato de mulheres, esta decorrente do obstinado trabalho da Bancada Feminina em conjunto com a Secretaria de Políticas para as Mulheres para investigar a omissão do poder público na implementação da Lei Maria da Penha. Acompanhamos o fortalecimento de senadoras e deputadas federais no Congresso Nacional, de diferentes siglas partidárias, atuarem em conjunto em favor dos direitos humanos das mulheres.

O programa da ONU Mulheres no Brasil nas quatro áreas - liderança e participação política das mulheres, governança para igualdade de gênero, empoderamento econômico, prevenção e eliminação da violência, paz e segurança e emergências humanitárias -, foi adaptado à realidade nacional. E os movimentos de mulheres e feministas foram determinantes nas interlocuções com o Grupo Assessor da Sociedade Civil Brasil da ONU Mulheres, constituído em dois ciclos de mandatos de renovação, além de outros mecanismos compostos para o tratamento adequado das demandas das mulheres.

São exemplos o grupo Voz das Mulheres Indígenas, que elaborou pauta nacional a partir das demandas de 282 mulheres de 104 povos indígenas; o Comitê Nacional Impulsor Brasil ElesPorElas - HeForShe, composto pela sociedade civil, governos, empresas, universidades e mídia para fazer avançar o engajamento dos homens com a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres; e o Comitê Mulheres Negras Rumo a um Planeta 50-50 em 2030 para atendimento adequado das demandas das afro-brasileiras nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e na Década Internacional de Afrodescendentes a partir do trabalho da ONU Mulheres e de agências das Nações Unidas no país.

Os dois últimos ciclos eleitorais demonstraram como gestoras e gestores, legisladoras e legisladores podem fazer avançar as políticas para as mulheres na administração municipal, estadual e federal e nos parlamentos. E, novamente, tivemos sinalizações importantes da sociedade brasileira: 75% da população quer prioridade para políticas de promoção da igualdade de gênero nas cidades e 8 em cada 10 mulheres querem municípios mais igualitários, conforme dados da pesquisa Ibope/ONU Mulheres de 2016.

Em atenção a essa demanda social, nas eleições 2016, a ONU Mulheres e parcerias lançaram a iniciativa Cidade 50-50: Todas e todos pela igualdade, para compromisso público de candidatas e candidatos com os direitos das mulheres no marco dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Nas eleições 2018, ouvimos novamente as vozes das mulheres e dos homens: 81% de brasileiros e brasileiras disseram querer políticas federais de promoção à igualdade e 77% avaliam que deveria ser obrigatório que os parlamentos em todos os níveis tivessem composição paritária, ou seja, correspondência equitativa entre homens e mulheres. Foi a vez de Brasil 50-50: Todas e Todos pela Igualdade reunir esses propósitos e traçar um caminho a ser percorrido pelo país na direção do empoderamento das mulheres e da igualdade de gênero.

Crise sanitária e humanitária se apresentaram de modo diferenciado no Brasil. A primeira relacionada ao vírus zika, em que os movimentos de mulheres e feministas foram determinantes para a resposta adequada das Nações Unidas na cooperação com o Brasil por meio da Sala de Situação sobre Zika e Direitos das Mulheres como foco no respeito aos direitos sexuais e direitos reprodutivos.

Em 2018, a ONU Mulheres Brasil inaugurou sua atuação no país frente à crise humanitária que vulnerabiliza meninas e mulheres migrantes, refugiadas e solicitantes de asilo vindas da Venezuela em trabalho coordenado com outras agências do Sistema das Nações Unidas. Na

área da saúde, acompanhamos a decisão pioneira do Comitê de Acompanhamento e Monitoramento da CEDAW – Convenção para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres no caso Alyne Pimentel, mulher negra vítima falta de negligência de saúde no período gestacional e implementação das recomendações pelo governo brasileiro sob a liderança da Secretaria de Políticas para as Mulheres.

Na área de empoderamento econômico, a ONU Mulheres foi uma das instituições a apoiar a participação das trabalhadoras domésticas em fóruns internacionais e as conquistas históricas de ratificação do Brasil à Convenção nº189 sobre as trabalhadoras e os trabalhadores domésticos, no ano de 2018, e a isonomia trabalhista por meio de emenda constitucional no ano de 2015.

O setor privado passou a ser um agente impulsor do empoderamento econômico das mulheres, como a ONU Mulheres e o Pacto Global verificam por meio da adesão de 198 empresas aos Princípios de Empoderamento das Mulheres, que torna o Brasil o terceiro no mundo em ranking das duas nessa área. Tem muito de Brasil também no programa Ganha-Ganha: Igualdade de Gênero Significa Bons Negócios por meio da parceria inédita entre a União Europeia, Organização Internacional do Trabalho e ONU Mulheres na Argentina, Brasil, Chile, Costa Rica, Jamaica e Uruguai. Este programa, que está sendo desenvolvido até 2020, tem foco no intercâmbio de oportunidades de negócios entre empresas e empreendedoras a partir da experiência brasileira de parceria com o setor privado nos Princípios de Empoderamento das Mulheres.

O programa Uma Vitória Leva à Outra, parceria entre a ONU Mulheres e o Comitê Olímpico Internacional, continua após a Rio 2016 preparando meninas e adolescentes para empoderamento de gênero por meio do esporte e habilidades para a vida. A igualdade de gênero na escola ganhou novos instrumentos com o currículo O Valente não é Violento, o qual passou a ser incorporado por escolas estaduais e municipais do Nordeste.

Tudo isso é para dizer que as mulheres brasileiras sabem o que querem, onde querem chegar e quem são as e os agentes responsáveis e decisivos para as transformações que a humanidade precisa para a eliminação do patriarcado e das desigualdades com base em gênero, raça, etnia, territorialidade, geração, orientação sexual, acessibilidade e opressões que impedem as mulheres de viver a vida na plenitude dos direitos humanos e do desenvolvimento com equidade. As mudanças necessárias são profundas. As mulheres sabem as rotas. Estão preparadas e percebem a amplitude de que direitos precisam ser defendidos e, para isso, é preciso estar na vanguarda dos direitos humanos para que nenhuma delas fique para trás.

No final de fevereiro, conclui a minha missão à frente da ONU Mulheres Brasil com muita alegria pelo caminho percorrido com as mulheres brasileiras. Levo em minha bagagem mais conhecimento do aprendizado e a energia necessária para exercer o cargo de presidenta do Instituto Nacional das Mulheres do México (Inmujeres), o equivalente à ministra das Mulheres, com o propósito de construir a igualdade de gênero substantiva para todas as mulheres. Seguimos juntas por um planeta 50-50 com paridade de gênero e empoderamento de todas as mulheres.

*Nadine Gasman foi representante da ONU Mulheres Brasil, no período 2013 a 2019. Atualmente, é presidenta do Instituto Nacional das Mulheres do México (Inmujeres). É médica, mestra em Saúde Pública pela Universidade de Harvard e doutora em Gerenciamento e Políticas da Saúde pela Universidade Johns Hopkins.*

---

# [Nadine Gasman, representante da ONU Mulheres Brasil, será nova ministra das Mulheres no México](#)

*Em entrevista ao HuffPost, ela afirma que o Brasil só atingirá metas de igualdade de gênero se mantiver ações afirmativas.*

**[\(HuffPost Brasil, 23/02/2019 - acesse no site de origem\)](#)**

Após 5 anos, Nadine Gasman, 60, deixará o cargo de representante da ONU Mulheres no Brasil. Na próxima segunda-feira (25), ela ocupará o cargo de presidente do Instituto Nacional das Mulheres do México (Inmujeres), o equivalente à ministra das Mulheres no país.

O presidente [Andrés Manuel López Obrador](#) anunciou na última quarta-feira (20) o nome de Gasman para o Inmujeres. “É uma honra poder voltar ao meu país de origem neste momento da minha carreira e com todo o conhecimento que adquiri aqui no Brasil”, afirmou em entrevista ao HuffPost Brasil.

Até o momento não foi anunciada uma substituta para o cargo no Brasil. Ana Carolina Querino, oficial nacional de Programas da ONU, será a representante interina até a chegada de uma nova representante.

“O México está vivendo um momento histórico, uma mudança. É a primeira vez que um partido de esquerda está no governo. A proposta é de transformação, de pacificação, muito na linha do que eu como pessoa estou alinhada e também do que a ONU propõe”, disse à reportagem.

Mestre em Saúde Pública pela Universidade Harvard e doutora em Gerenciamento e Políticas da Saúde pela Universidade Johns Hopkins, ambas nos EUA, Gasman tem nacionalidade mexicana e francesa e está na ONU desde 2005. Além de ter sido representante no Brasil, ela já dirigiu campanha pelo fim da violência contra as mulheres para a América Latina e o Caribe.

Ela avalia que, em 5 anos no Brasil, diferentemente de outros países, foi possível ver os efeitos práticos de políticas públicas na vida das mulheres.

“Elas [políticas públicas] têm um efeito objetivo na vida das mulheres. Principalmente na vida das mulheres mais pobres. Para mim, sempre foi muito comovente ouvir as mulheres mais jovens dizer ‘olha, eu estou aqui por causa das cotas. Estou aqui pelo Pronuni’. É uma coisa que se fala muito na teoria, mas que no Brasil a gente vê na prática”.

A futura representante da Inmujeres ainda afirma que o movimento feminista no Brasil tem “força, sabedoria e resiliência” e que, ao longo dos anos, desenvolveu mecanismos para que suas vozes fossem ouvidas pelo Estado.

### **Os objetivos da ONU até 2030**

Em 2015, a Assembleia Geral das Nações Unidas adotou a [Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável](#). Com 17 objetivos globais, os Estados-membros aprovaram um plano de ação para promover o desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza até 2030.

Foram definidas outras 169 metas globais com foco nas pessoas, no planeta, na prosperidade e na paz mundial. As metas para o alcance da igualdade de gênero estão concentradas no [Objetivo de Desenvolvimento Sustentável \(ODS\)](#).

Um dos tópicos diz que é preciso “eliminar todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas nas esferas públicas e privadas, incluindo o tráfico e exploração sexual e de outros tipos.”

Outro afirma que é fundamental “garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública.”

“Elas têm um posicionamento valente. São diversas, atuantes e tiveram espaço significativo nas conferências internacionais provando que existem vozes que ainda precisam ser ouvidas.”

Ela cita a Lei Maria da Penha como um dos resultados dessa mobilização. “Antes do movimento que elaborou a lei, a violência era uma questão privada. Hoje é uma questão de todos e principalmente de Estado. Todo mundo no Brasil sabe que violência contra a mulher é crime. Isso formou uma consciência social. É preciso cada vez mais ensinar que não é aceitável e, principalmente, é evitável.”

Segundo relatório do UNODC (Escritório das Nações Unidas contra a Droga e o Crime), a cada 6 horas uma mulher é vítima de feminicídio no mundo. A [pesquisa](#) aponta que, em 2017, 87 mil mulheres foram vítimas de feminicídio e mais da metade delas (58%), cerca de 50 mil, foram mortas por conhecidos, companheiros, ex-maridos ou familiares.

Para Gasman, não há exagero em dizer que é só mantendo e aprimorando as ações afirmativas que foram construídas nos últimos 20 anos que o Brasil poderá alcançar as metas de igualdade de gênero propostas pela ONU.

“O Brasil tem tudo para atingir as metas. Mas as políticas públicas têm que ser mantidas e aprimoradas. É uma questão de decisão política, de prioridades de investimento não só em nível federal, mas também estadual e municipal.”

A ONU Mulheres global abrirá um processo seletivo público e informa que, até o momento, não há previsão de quando a seleção será iniciada e de quando o Brasil terá uma nova representante oficial.

*Andréa Martinelli*

---

## **[ONU pede que Bolsonaro mantenha](#)**

# programas destinados a mulheres

A representante da ONU Mulheres no Brasil, Nadine Gasman, pediu nesta quinta-feira que o presidente Jair Bolsonaro mantenha os programas desenvolvidos nos últimos anos no país para esse público e que inclusive ajude a fortalecê-los.

([Agência EFE, 21/02/2019 - acesse no site de origem](#))

Após cinco anos no país, Gasman deixará o Brasil para se mudar para o México, onde fará parte da equipe do presidente Andrés Manuel López Obrador, que assumiu a presidência em dezembro do ano passado.

Apesar de notar pequenas variações nos índices de violência contra a mulher e igualdade no período que esteve no Brasil, Gasman percebe que as brasileiras estão mais “empoderadas”. Por esse motivo, ela pede que o governo federal mantenha os programas e as políticas que estão sendo desenvolvidas nos últimos anos.

“Meu pedido é para que vejam o que está sendo feito, mantenham e melhorem o que for necessário e desenvolvam novos programas e políticas para a mulher”, disse Gasman em entrevista à Agência Efe.

Gasman sabe que isso é resultado do trabalho conjunto com o governo e com a sociedade civil, algo que ela já discutiu com a ministra das Mulheres, da Família e dos Direitos Humanos, Damara Alvares. Ela, segundo a representante da ONU, expressou o compromisso de Bolsonaro com o direito das mulheres.

Os principais trabalhos que Gasman desenvolveu no Brasil desde 2013 envolvem o feminicídio, o racismo, a segurança e o empoderamento político e econômico das mulheres.

A luta para diminuir a violência contra as mulheres foi o trabalho mais difícil, mas o que ela considera como “grande triunfo” pelo fato de o problema agora ter visibilidade, provocando uma maior conscientização da sociedade e das autoridades sobre o assunto.

Segundo Gasman, 13 mulheres são assassinadas por dia no Brasil. A situação é considerada por ela como “crua” e “sangrenta”. Dados da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) mostram que 126 mulheres já foram mortas no país nos dois primeiros meses de 2019.

Embora a violência contra a mulher seja um dos problemas mais visíveis no Brasil, o racismo, a discriminação e a pobreza são temas estruturais e permanentes no país na visão de Gasman.

No entanto, Gasman considera que as mulheres no Brasil estão mais empoderadas e com ferramentas para enfrentar esses desafios.

“As mulheres negras, as indígenas, as camponesas estão mais conscientes do que elas são, do que elas têm e de seus direitos. Por isso agora estão mais empoderadas e organizadas”, destacou.

Os problemas das mulheres no Brasil são comuns nos demais países da América Latina, uma questão que Gasman conhece profundamente, não só pelo trabalho que desempenhou na



região com a ONU, mas também por sua longa carreira na luta pelos direitos das mulheres.

Gasman, que é médica, mestre em Saúde Pública pela Universidade de Harvard e doutora em Gestão e Políticas de Saúde da Universidade Johns Hopkins, foi escolhida por López Obrador para comandar o Instituto Nacional das Mulheres.

Ela dividirá a função com a ex-deputada federal Candelaria Ochoa Ávalos e a advogada Patricia Olamendi Torres.

*María Angélica Troncoso*

---

## **Ibope e ONU Mulheres divulgam estudo sobre a participação feminina na política**

O Ibope e a Onu Mulheres - uma entidade das Nações Unidas para a igualdade de gênero e o empoderamento feminino - divulgaram um estudo inédito sobre a demanda por igualdade de gênero no Brasil. A pesquisa mostra como a população vê a participação de mulheres na política e o que ela espera do poder público em relação a medidas que busquem mais igualdade entre homens e mulheres.

**(Globo News, 14/09/2018 - acesse no site de origem)**

Clique na imagem e assista ao vídeo da matéria:



---

## [“Brasil precisa de mais candidatas eleitas”, diz ONU Mulheres](#)

As regras da Justiça Eleitoral que buscam resguardar cotas mínimas de candidaturas femininas e de recursos financeiros a elas ainda não são garantia de que mais mulheres serão, efetivamente, eleitas no Brasil. A constatação, em tom de alerta, é da representante no país da ONU Mulheres, Nadine Gasman.

**[\(UOL, 15/08/2018 - acesse no site de origem\)](#)**

Em entrevista ao UOL, Nadine lembra que, de acordo com rankings elaborados pela própria ONU, o Brasil tem hoje quantitativamente uma das piores representações femininas na política das Américas Central e do Sul - só está à frente de Haiti e Belize.

“O ponto central é: o que os partidos farão para assegurar que mais de R\$ 560 milhões dos R\$ 1,7 bilhão [30% do total] do fundo eleitoral realmente viabilizem as candidaturas de mulheres?”, diz Nadine. “Este é o fato novo das eleições de 2018, em que as mulheres terão à disposição recursos para fortalecer as suas candidaturas, o que pode ter efeitos nos próximos ciclos eleitorais e alterar o baixo índice de mulheres eleitas na política brasileira.”

O questionamento é o mote de uma campanha recém-lançada pela ONU Mulheres no país, batizada de #Brasil5050, com 90 vídeos que serão publicados até o final do ano e nos quais mulheres abordam a importância da paridade de gênero na política.

“O Brasil está muito mal não apenas nessa proporção 5050 [50% homens e 50% mulheres], mas [em comparação a] toda a região das Américas”, diz a representante. “Temos cotas de 30% para candidaturas femininas, mas chegamos a apenas 10% de mulheres na política. É muito pouco.”

Na avaliação dela, a destinação de 30% do orçamento dos partidos brasileiros para as candidaturas de mulheres — [regra aprovada neste ano](#) — é um “sinal de esperança”, mas é necessário “pressão sobre os partidos políticos” para que as candidaturas se revertam em aumento no número de eleitas.

Mais do que candidatas, Brasil precisa de mais mulheres eleitas. Os partidos precisam conseguir que elas sejam eleitas. Para isso, precisam mesmo investir e serem consequentes com essa política de menos desigualdade, já que, hoje, agem mais para o tribunal, para inglês ver

*Nadine Gasman, representante no Brasil da ONU Mulheres*

“Tivemos 18 mil mulheres na eleição passada que não tiveram um único voto. Sabemos que há mulheres interessadas em participar da política, e que agora, com mais recursos, teriam chances de campanhas mais robustas. Mas acredito que essa responsabilidade é de todos -de

candidatas mulheres preocupadas por inserirem em todas as pautas uma perspectiva de gênero, dos partidos, em fazer campanhas e propostas para eleger mais mulheres, e dos candidatos homens, que precisam trabalhar também pelos direitos das mulheres”, afirma.

Nadine não arrisca, porém, uma data para que o país atinja a meta estipulada pela ONU de eleger 50% de mulheres. “Pode acontecer já em 2018 ou não. Mas esperamos ao menos que as mulheres se sintam seguras e livres para poder fazer suas campanhas sem serem agredidas física ou verbalmente pelo fato de serem mulheres.”

### **Verba não deve servir para mulher ser cabo eleitoral, alerta MPE**

No Estado de São Paulo, uma das responsáveis pela fiscalização das candidaturas femininas no Ministério Público Eleitoral será a promotora Vera Taberti.

Assim como a representante da ONU Mulheres no Brasil, ela destacou que uma das principais preocupações do órgão é o uso da verba do fundo eleitoral destinada às candidatas mulheres.

Uma das preocupações do órgão é sobre como os 30% do fundo para mulheres será empregado. Um dos receios é que ele seja canalizado para poucas mulheres no partido ou que seja empregado por mulheres que concorrem como vices, em candidaturas majoritárias encabeçadas por homens - na impossibilidade de se fazer campanha específica para vice, por exemplo, a chapa toda seria beneficiada, e a finalidade do recurso, distorcida.

“Quando esse recurso do fundo foi destinado a mulheres, não se especificou, nesses 30%, como isso ocorreria. Ficou a critério dos próprios partidos, que podem distribuir para todas as candidatas mulheres como podem destinar a uma única candidata”, diz a promotora.

De acordo com Vera, além da divisão do recurso, outro aspecto a ser analisado nas prestações de contas das candidatas é se isso servirá para candidaturas majoritárias.

“Entrevistei quase 300 mulheres que foram candidatas na eleição de 2016, na capital paulista, e que não foram eleitas. Senti delas que não houve investimento, e algumas, que eram líderes comunitárias ou presidentes de associação de áreas populosas, eram como que aliciadas pelo partido e, na prática, se tornavam cabos eleitorais de homens da candidatura majoritária”, explica Vera.

Ela conta que a grande maioria dessas 300 mulheres teve pouquíssimo ou nenhum voto. Outras só se descobriram candidatas no dia da eleição. Agora, a atenção a isso precisa ser maior, porque há um recurso que tem que ser destinado a eleger mulheres - a luta é para que isso seja regulamentado de modo a garantir o aumento da representatividade”, afirma a promotora.

*Janaina Garcia*

---

**[Nadine Gasman e Camila Pitanga](#)**

# defendem empoderamento econômico das mulheres em encontro com empresas em São Paulo

*Representante da ONU Mulheres e embaixadora nacional afirmam que igualdade de gênero é boa para os negócios e para a distribuição equitativa das riquezas*

[\(ONU Mulheres, 02/06/2018 - acesse no site de origem\)](#)



Nadine Gasman, representante da ONU Mulheres Brasil, abre o 3º Congresso Nacional da Liderança Feminina, que reuniu mais de 500 participantes (Foto: ABRH/Gustavo Morita)

“O Brasil é o terceiro país no mundo em número de empresas signatárias aos Princípios de Empoderamento das Mulheres, iniciativa da ONU Mulheres e do Pacto Global. Já são 165 empresas - de diferentes setores produtivos -, comprometidas em enfrentar e eliminar as desigualdades de gênero que ainda criam abismos entre homens e mulheres, pessoas brancas, negras e indígenas, entre outros grupos que são discriminados em razão da sua identidade”, disse Nadine Gasman, representante da ONU Mulheres Brasil, na abertura do 3º Congresso Nacional da Liderança Feminina (Conalife). O encontro aconteceu, em 24 de maio, em São Paulo. Foi promovido pela Regional São Paulo da Associação Brasileira de Recursos Humanos (ABRH-SP), com apoio da ONU Mulheres e do movimento ElesPorElas - HeForShe.

Gasman frisou que o empoderamento econômico das mulheres é uma das cinco áreas de trabalho da ONU Mulheres em todo o mundo, e que o Brasil tem se destacado por meio do trabalho com as empresas. Mencionou o projeto Ganha-Ganha: Igualdade de gênero significa bons negócios – coordenado pela equipe da ONU Mulheres Brasil e realizado em parceria com a Organização Mundial do Trabalho (OIT) e a União Europeia –, que amplia a promoção dos Princípios de Empoderamento das Mulheres (WEPs na sigla em Inglês) nas empresas brasileiras e de outros cinco países da América Latina e Caribe: Argentina, Chile, Costa Rica, Jamaica e Uruguai. “Como principais resultados, vamos apoiar negócios liderados por mulheres, estimular a adoção dos princípios de empoderamento das mulheres pelas empresas e estabelecer um mecanismo de investimento de alto impacto para a igualdade de gênero”, acrescentou a representante da ONU Mulheres.



Camila Pitanga, embaixadora da ONU Mulheres Brasil, no 3º Congresso Nacional da Liderança Feminina (Foto: ABRH/Gustavo Morita)

Ela ressaltou o quadro de ações das empresas brasileiras em favor do empoderamento econômico das mulheres. “Algumas empresas signatárias dos Princípios de Empoderamento das Mulheres já se colocaram nessa linha de frente. Elas incentivam as mulheres a desempenhar outras funções, inclusive na área de tecnologia e exatas; tomam medidas para progressão de carreira; agem pela melhoria da capacidade das mulheres em negociar o próprio salário; adotaram licença paternidade para oito semanas; e apoiam a organização da vida privada de homens e mulheres para as tarefas domésticas e familiares”, contou Nadine Gasman., Camila Pitanga, fez discurso emocionante ao final do evento. Ela destacou que a paridade de gênero é boa para os negócios, mas é melhor ainda para as mulheres e os homens, com benefícios para toda a humanidade.

“Esta é a hora de fortalecer as ações nas empresas, nos empreendimentos e na cadeia produtiva, e trazer modelos inovadores e exemplos concretos para a economia. É a hora de identificar mais parceiras e parceiros. É a hora de ampliar a rede de ação concreta em favor dos direitos econômicos das mulheres. É a hora de criar oportunidades para que as mulheres possam se desenvolver em qualquer campo profissional”, declarou. A embaixadora da ONU Mulheres Brasil ponderou que a paridade de gênero precisa ser realizada não somente pela não discriminação contra as mulheres - que afronta os direitos humanos como um todo - mas pela distribuição equitativa das riquezas.



Na semana passada fui convidada a participar do Conalife 2018 - Liderança Feminina para um Mundo Colaborativo. Foi difícil e bonito. Difícil porque estava (ainda estou na verdade) afônica por conta de uma laringite. Uma atriz sem voz é uma atriz sem corpo inteiro. Mas na mesma medida foi bonito, valeu muito a pena ouvir ali o depoimento forte de mulheres que se identificam com o que estou abraçando como porta-voz da @onumulheresbr, como mulher preta que sou. Falei do mundo que a gente quer com trabalho decente, proteção social e crescimento inclusivo e justo. Do Brasil que ainda explora o trabalho das mulheres pagando menos e violando direitos trabalhistas, jogando as mulheres na informalidade para poder lucrar mais. Do Brasil que não consegue alterar a prevalência de homens brancos nos postos de direção, com maiores

salários e poder de decisão. Do Brasil que caminha a passos muito lentos para assegurar a representatividade e a diversidade das mulheres nas posições de poder. É a hora de ampliar a rede de ação concreta em favor dos direitos econômicos das mulheres. É a hora de criar oportunidades para que as mulheres possam se desenvolver em qualquer campo profissional. Seguimos firmes, por um país e um planeta mais igualitário, justo e sustentável. Para quem se interessar, a íntegra de minha fala no Conalife está na fanpage do Facebook.

Uma publicação compartilhada por [Camila Pitanga \(@caiapitanga\)](#) em 30 de Mai, 2018 às 7:58 PDT

Camila Pitanga comentou também que as mulheres têm um futuro promissor na liderança de empresas: “Nós, mulheres, mudamos. Conquistamos uma certa independência financeira, apesar da ainda persistente disparidade salarial. E especialistas dizem que o estilo de liderança que é característico de nós, mulheres, vai ao encontro do que se espera de uma liderança do século 21, que é focada no trabalho em grupo, na coletividade”.

Durante a sua apresentação no Conalife, a gerente dos Princípios de Empoderamento das Mulheres da ONU Mulheres Brasil, Adriana Carvalho, alertou para o ranking da igualdade de gênero do Fórum Econômico Mundial, em que o Brasil está no 90º lugar. Ela fez um chamado para que mais empresas façam parte da rede dos Princípios de Empoderamento das Mulheres no país, e frisou que eles contribuem para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente os ODS 5 (Igualdade de gênero), 8 (Trabalho decente e crescimento econômico) e 17 (Parcerias e meios de implementação).



Eva Blay, professora da USP e coordenadora do USP Mulheres, recebeu o troféu Personalidade



Conalife 2018 (Foto: ABRH/Gustavo Morita)

**Homenagem** - Professora titular da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP) e coordenadora do escritório USP Mulheres, a socióloga Eva Blay, uma das pioneiras no estudo dos direitos das mulheres no Brasil, foi condecorada com o troféu Personalidade Conalife 2018.

“Trata-se de uma homenagem a todas as mulheres que criam espaços verdadeiros e igualitários para as mulheres brasileiras. Ser feminista é lutar pelos direitos humanos, das mulheres e dos homens. No caso de mulheres negras e judias, por exemplo, que sofrem discriminação, é importante superar os desafios e se autoafirmar”, salientou Eva, após receber o troféu.



Theunis Marinho, presidente da ABRH-SP, reforçou a importância de o Brasil ter mais mulheres no mercado de trabalho (Foto: ABRH/Gustavo Morita)

**Papel das empresas** - O presidente da ABRH-SP, Theunis Marinho, reforçou a importância de o Brasil ter mais mulheres no mercado de trabalho, deixando para trás anos de preconceito, assédio e desrespeito. “Vocês mulheres já sentiram na pele isso ao longo da vida pelo simples fato de serem mulheres. Séculos de segregação e desigualdade não deram certo e estão com os dias contados. E isso só vai acontecer se acelerarmos esse processo”, disse.

Para o presidente do Grupo Boticário, Artur Grynbaum, temas como igualdade de gênero e diversidade precisam estar na pauta do dia do setor privado. “É preciso parar de falar de gêneros opostos e falar de humanidade. As diferenças devem ser respeitadas e se

complementam”, observou.

Com o tema central “Liderança Feminina para um Mundo Colaborativo” e mais de 500 participantes, o 3º Conalife teve com três painéis – O Futuro É Agora. Estamos Prontas?, Mulheres nas Ciências e Empreendedorismo e Colaboração. A programação ainda promoveu quatro momentos especiais: Escola de Você; Empresas para a Igualdade de Gênero; Retrato das Mulheres na Arte e Tudo Começa pelo Respeito.

---

## **“23 mil jovens negros assassinados por ano é um escândalo”, diz Nadine Gasman, representante da ONU Mulheres**

*A cada 23 minutos, um jovem negro é assassinado no Brasil. São 63 mortes por dia, que totalizam 23 mil vidas negras perdidas pela violência letal por ano, conforme destacado pela campanha Vidas Negras, lançada pelas Nações Unidas no país em novembro de 2017*

**(ONU Mulheres, 08/02/2018 - acesse no site de origem)**

“Vinte e três mil assassinatos de jovens por ano é um escândalo. A sociedade brasileira, os governos e cada um de nós temos de fazer a nossa parte. (A campanha) Vidas Negras fala do reconhecimento da importância dos jovens negros. Chama à responsabilidade social e política de fazer algo já”, declarou Nadine Gasman, representante da ONU Mulheres Brasil, em entrevista ao programa Artigo 5º, da TV Justiça, a ser veiculado na próxima terça-feira (13), às 12h.

No Brasil, 111 municípios responderam pela metade dos homicídios no país em 2015, segundo dados do [Atlas da Violência](#). Em torno de 10% dos municípios brasileiros (5.570) registraram 76,5% de todas as mortes em território nacional.

A cada 23 minutos, um jovem negro é assassinado no Brasil. São 63 mortes por dia, que totalizam 23 mil vidas negras perdidas pela violência letal por ano, conforme destacado pela [campanha Vidas Negras](#), lançada pelas Nações Unidas no país em novembro de 2017.

“A dimensão da violência é diferenciada nos estados. Esses dados demonstram que se pode ter políticas públicas muito focadas, onde os assassinatos estão concentrados”, disse Nadine Gasman, representante da ONU Mulheres Brasil e coordenadora do Grupo Temático de Gênero, Raça e Etnia da ONU Brasil, em entrevista ao programa Artigo 5º, da TV Justiça, a ser veiculado na próxima terça-feira (13), às 12h ([clique aqui](#) para assistir).

“E as políticas não são de repressão. São políticas de desenvolvimento. Essa é a proposta dos países-membros da ONU com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Não deixar ninguém para trás é trazer para o desenvolvimento, para as oportunidades a todos e a todas”, completou.

De acordo com Nadine, os ODS precisam ter enfoque racial para eliminar o racismo, como propõe o Marco de Parceria das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável 2017-2021, firmado com o governo brasileiro.

Ela acrescentou que realizar os objetivos globais no país implica, especialmente, trazer “os jovens negros, as jovens negras, as crianças negras” para as políticas de desenvolvimento. “Tem todo um trabalho integrado e integral que vai desde a educação, a mídia”, afirmou.

Nadine falou ainda sobre a motivação das Nações Unidas com a campanha Vidas Negras, pelo fim da violência contra a juventude negra. “É um esforço da ONU na direção do reconhecimento de que o Brasil está perdendo uma parte importante da sua população e não está criando oportunidades”, disse.

“Vinte e três mil assassinatos de jovens por ano é um escândalo. A sociedade brasileira, os governos e cada um de nós temos de fazer a nossa parte. (A campanha) Vidas Negras fala do reconhecimento da importância dos jovens negros. Chama à responsabilidade social e política de fazer algo já”, declarou.

Questionada sobre a informação de que 56% da população brasileira concorda com a afirmação de que “a morte violenta de um jovem negro choca menos a sociedade do que a morte de um jovem branco”, Nadine alertou para a gravidade dos resultados da pesquisa realizada pelo Senado Federal.

“Isso revela a permissividade com o racismo. O racismo se manifesta tanto nas relações pessoais quanto institucionais e termina na violência extrema que é o assassinato três vezes maior de jovens negros. São índices alarmantes. Para o assassinato de jovens negros, não tem outra justificativa a não ser a incapacidade da sociedade brasileira de dar oportunidades para todo mundo e tratar todo mundo como igual”, salientou.

**Agenda política** - O advogado Marivaldo de Castro lembrou que a escravização negra no Brasil, abolida há 129 anos, é um crime de lesa-humanidade. “Há um problema extremamente grave de racismo no Brasil, de exclusão social de jovens negros e que precisamos reconhecer, para produzir políticas públicas que corrijam esse problema”, declarou.

“Mais do que isso: precisamos tirar esse problema da invisibilidade. Temos uma epidemia de homicídios no país, que causa sofrimento à população mais pobre e que, infelizmente, não é um tema que está na agenda política. O tema não é nem mesmo debatido”, avaliou.

Castro destacou a necessidade de “uma política estruturada de prevenção que tenha como fator central o ensino público, a cultura, a assistência social e a saúde, trabalhando de modo integrando e prestando atenção a esses jovens”.

**Filtragem racial** - O jovem publicitário Mateus Santana falou sobre a filtragem racial e a abordagem agressiva de policiais a jovens negros, um dos temas também abordados pela campanha Vidas Negras.

Perguntado se amigos já haviam passado pela situação, ele respondeu: “não só amigos, mas eu também”. “Essa questão da filtragem racial é constante. Em batidas de polícia, que a gente chama de ‘bacu’, é rotina. Você está andando em lugar público e você é o único suspeito da polícia”, disse.

Nas redes sociais, o jovem tem relatado a violência racial que vivencia. “Comigo, que sou negro, os policiais pegavam minha mochila e jogavam tudo no chão enquanto que com o passageiro branco eles pediam autorização para revistar os pertences pessoais”, contou.

---

## **A responsabilidade sobre o assédio é do assediador, por Nadine Gasman**

Não é de hoje que as mulheres estão lutando pelos seus direitos, mas a sensação é que finalmente o ponto de chegada está no horizonte. É que, se por um lado, ainda temos que enfrentar preocupantes demonstrações de conservadorismo que ameaçam seus direitos, por outro, estamos vivendo um tempo de importantes manifestações das mulheres e de suas organizações, que se utilizam de diferentes espaços para ganhar força e se fazerem ouvir.

**(ONU Brasil, 06/02/2018 - acesse no site de origem)**

Seja nas ruas, na TV, nas redes sociais, ou numa conversa, quando as mulheres compartilham as suas histórias de assédio sexual e criam uma rede de apoio, mostrando para o mundo a dimensão do problema, o papel dos homens é ouvir. Apenas ouvindo, reconhecendo o problema e se responsabilizando por ajudar a eliminá-lo, que os homens poderão apoiar as mulheres.

Movimentos como o #MeToo (“eu também”, na sigla em inglês), que viralizou nas redes sociais no último ano e chamou a atenção dos homens para os seus próprios comportamentos nocivos, não serão interrompidos no Carnaval. Isso porque a celebração, que é um patrimônio cultural do Brasil, é marcada também pela cultura do assédio sexual. Nos quatro dias de feriado do Carnaval do ano passado, a Central de Atendimento à Mulher (Ligue 180) registrou mais de 2 mil atendimentos a mulheres vítimas de diversos tipos de agressão.

Dentro e fora do contexto de Carnaval, é preocupante quando, ao invés de procurar se educar sobre quais de seus comportamentos estão perpetuando essa forma de violência, os homens escolhem justificar o assédio como paquera. Esse questionamento é um recurso bastante utilizado para invalidar as denúncias das mulheres. As mulheres têm o seu espaço invadido, o seu corpo desrespeitado, os seus direitos violados, sua segurança ameaçada, e os homens seguem defendendo que o assédio era apenas uma paquera. Mas assédio NÃO É paquera.

Essa é a razão pela qual, neste Carnaval, o movimento de solidariedade pela igualdade de gênero ElesPorElas HeForShe, da ONU Mulheres, está lançando uma campanha para falar diretamente com os homens e apontar, de uma vez por todas, que o limite entre a paquera e o assédio é o RESPEITO.

O conceito da campanha é extremamente simples e fácil de entender: a não ser que a mulher peça, ela não está pedindo. Se ela disse que não, ela não quis dizer que sim. Se ela se desviou, ela não quer ser tocada. Se ela não estava consciente, ela não concedeu nada.

Nós vamos expor da maneira mais óbvia para que não restem dúvidas: quando falamos de

respeito, não é difícil concluir que linguagem ofensiva não é elogio. Puxar o braço não é paquera. Insistir, quando ela já disse que não quer, não é legal. Se aproveitar fisicamente das mulheres em situações em que elas estão vulneráveis é estupro.

A paquera é saudável, divertida e dinâmica. O assédio é agressivo e acaba com a festa. Por isso, combater o assédio não significa que a diversão acabou. Significa que as mulheres também têm o direito de se divertir no Carnaval sem serem desrespeitadas. Não importa o tamanho da saia, nem o jeito que ela dança, nem o lugar onde ela estava. Se ela não concedeu, com linguagem verbal ou corporal, a abordagem é, de fato, assédio sexual.

A diferença é simples, mas o tema é complexo. Cabe aqui também uma reflexão sobre mudar a forma como nos relacionamos para que a mensagem fique mais evidente. É tempo de romper com a divisão dos papéis com base em estereótipos de gênero, onde os homens são dominantes no momento da paquera. É tempo de eliminar, de uma vez por todas, a ideia de “joguinho”, pois ele abre espaço para interpretações erradas de que pressionar, manipular e invadir o espaço das mulheres faz parte da paquera.

No entanto, a opressão ainda é muito presente, por isso o movimento das mulheres vem buscando criar condições mais favoráveis para que elas se sintam confortáveis para dizer NÃO para que os homens recuem. Isso requer a conquista de espaços seguros para que elas também possam exercer a sua liberdade de dizer SIM sempre que tiverem vontade.

A mensagem do #CarnavalElesPorElas é, portanto, bem simples. Homens, o negócio é o seguinte: a paquera não agressiva e não violenta está liberada. As mulheres poderão fazer o que elas estão a fim e os homens terão que respeitá-las. A responsabilidade do assédio é do assediador e não de quem é assediada.

*Nadine Gasman é representante da ONU Mulheres no Brasil*

---

## **[Nota pública da ONU Mulheres sobre a Lei Maria da Penha](#)**

A ONU Mulheres observa com preocupação o processo de revisão da Lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) que pode comprometer a sua prerrogativa de proteger as mulheres em situação de violência. A exemplo do PLC 07/2016 - aprovado no Senado Federal, que permitirá à autoridade policial deliberar sobre a concessão de medidas protetivas para mulheres em situação de violência doméstica e familiar -, outras medidas estão em tramitação no Congresso Nacional. Tais projetos de lei podem trazer avanços e retrocessos à aplicação da Lei Maria da Penha. Se forem analisados de forma fragmentada e sem consulta pública, podem desconfigurar seu caráter integral, multidisciplinar e especializado e a sua efetividade no enfrentamento à violência contra as mulheres no Brasil.

*[\(ONU Mulheres, 18/10/2017 - acesse neste link\)](#)*

As organizações de mulheres, feministas e especialistas em gênero e direito detêm análises e estudos técnicos consistentes para contribuições que tornem mais rigorosa e eficaz a aplicação da Lei Maria da Penha. Por exemplo, no caso do PLC 07/2016, já foi dito que este desarmoniza as competências de autoridades policiais e da justiça, os fluxos estabelecidos e os atos que poderão ser anulados ou sobrepostos, provocando a inoperância e a baixa qualidade no atendimento de mulheres em situação de violência. São as mulheres que poderão ser as vítimas da falta de sintonia entre autoridades, órgãos e atos públicos, recaindo em outro tipo de violência - a institucional.

A ONU Mulheres chama a atenção pública para a dramaticidade da violência de gênero no Brasil, a qual foi verificada pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre violência contra as mulheres no Brasil, com diligências e audiências públicas em 18 unidades federativas nos anos de 2012 e 2013. No [relatório final](#), constam recomendações para projetos de lei e melhoria da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, fortalecimento da rede de especializada a mulheres em situação de violência e dotação orçamentária robusta para os serviços públicos, incluindo a criação de um fundo nacional.

Em razão disso, a ONU Mulheres faz o apelo público às autoridades para a sua atuação democrática, que tenha como propósito a garantia dos direitos humanos das mulheres e em condição de dar resposta pública ao inadmissível aumento da violência contra as mulheres no Brasil.

**Nadine Gasman**

Representante da ONU Mulheres Brasil